

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Fundamentos do Serviço Social

A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DA CATEGORIA DAS/OS ASSISTENTES SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO PROFISSIONAL CRÍTICO

VANESSA ROCHA¹

BRUNA VIVIANI VIANA²

MILENI ALVES SECON³

Resumo:

Este artigo aborda o processo histórico construído pelas/os assistentes sociais na organização política da profissão de Serviço Social na direção de um projeto ético político profissional, aliado a defesa de outra ordem societária. O texto visa contribuir com a reflexão sobre a permanente organização política profissional e o fortalecimento do Serviço Social na direção democrática e coletiva.

Palavras-chaves: Projeto Ético-político Profissional (PEP); CFESS; Organização política profissional; Serviço Social.

Abstract:

This article addresses the historical process constructed by social workers in the political organization of the Social Service profession towards a professional political ethical project, combined with the defense of another societal order. The text aims to contribute to reflection on the permanent professional political organization and the strengthening of Social Service in a democratic and collective direction.

Keywords: Professional Ethical-Political Project (PEP); CFESS; Professional political organization; Social Work.

¹ Conselho Regional de Serviço Social - Curitiba

² Conselho Regional de Serviço Social - Curitiba

³ Prefeitura Municipal de Londrina

Introdução

O presente artigo é fruto das reflexões teóricas que constituíram parte do processo de elaboração das dissertações de mestrado e tese de doutorado das autoras e busca contribuir com a categoria profissional a partir do registro histórico do processo de organização política das/os assistentes sociais brasileiras/os, do período da gênese da profissão até a promulgação atual da lei de regulamentação da profissão, a Lei Federal nº 8662/93. Destaca-se que tal delimitação temporal se dá em virtude de a lei supracitada constituir um dos referenciais normativos do Projeto Ético Político Profissional, bem como fruto da luta coletiva da categoria profissional e que expressa um marco do amadurecimento do processo organizativo e político da profissão.

Na trajetória histórica de uma profissão inscrita na divisão sociotécnica e sexual do trabalho, que emerge com vistas a atender as demandas postas pelo Estado no gerenciamento da “questão social”, inscreve-se em seu interior sujeitos coletivos, assistentes sociais, que buscam reafirmar uma identidade profissional vinculada a uma determinada direção política e ideológica, sendo uma expressão de tal vinculação aquela que se explicita nas organizações políticas da categoria profissional das/os assistentes sociais. Nesse sentido, objetiva-se nesse artigo apresentar o modo pelo qual as organizações políticas se inscrevem ao longo da trajetória sócio-histórica do Serviço Social no Brasil, o seu papel e a direção política a qual se vinculam, bem como situar o protagonismo e a importância das atuais entidades da categoria ABEPSS, Conjunto CFESS/CRESS e ENESSO, que desde a década de 80 atuam na construção e na defesa do atual projeto Ético Político.

Nesta direção, estruturou-se o presente trabalho em três tópicos, nos quais procura-se demarcar a organização da categoria profissional em diferentes contextos históricos, demandas e respostas profissionais construídas pelas/os assistentes sociais, como sujeitos coletivos. O primeiro tópico apresenta a trajetória da profissão em sua direção marcada pela influência do conservadorismo vinculada a Igreja Católica. Para o segundo tópico, reflete-se sobre o movimento de construção de uma nova direção crítica e progressista para a categoria das (os) assistentes sociais, e finaliza-se, no terceiro tópico com a reflexão da construção do projeto ético e político do Serviço Social e na contemporaneidade e o relevante protagonismo das entidades da categoria na defesa desse projeto, num campo de disputas políticas associadas a diferentes projetos de sociedade.

1. Trajetória sócio-histórica do Serviço Social no Brasil e organização política: da gênese à década de 1970.

Diante da relação intrínseca entre a historicidade do Serviço Social no Brasil e as construções e amadurecimento teórico, intelectual e político das/os Assistentes Sociais no que tange à organização política como categoria profissional, consideramos relevante contextualizar, até a década de 1970, três momentos nos quais é possível identificar, a partir de autores que escrevem sobre a trajetória sócio-histórica do Serviço Social Brasileiro⁴, formas de organização da profissão construídas no marco de reflexões teóricas sobre o trabalho das/dos assistentes sociais vinculadas, embora nem sempre de forma direta, a diferentes projetos de sociedade.

Na análise de Martinelli,

As condições peculiares que determinaram o seu surgimento como fenômeno histórico, social e como atividade profissional, e em que se produziram seus primeiros modos de aparecer, marcaram o Serviço Social como uma criação típica do capitalismo, por ele engendrada, desenvolvida e colocada permanentemente a seu serviço, como uma importante estratégia de controle social, uma ilusão necessária para justamente com muitas ilusões por ele criadas, garantir-lhe a efetividade e a permanência histórica. (MARTINELLI, 2006, p.66)

O Serviço Social se consolida, então, como uma profissão funcional à ordem burguesa e, no Brasil, tem sua gênese datada da segunda metade da década de 1930, período marcado por um redimensionamento na “esfera estatal e econômica”, que - “apressando o deslocamento do centro motor da acumulação capitalista das atividades de agro exportação para outras de realização interna” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003, p.128) - intensifica a industrialização nos grandes centros urbanos e traz novos reordenamentos a classe trabalhadora brasileira. Um cenário que vem a exigir a adoção de ações políticas e estratégicas por parte do Estado para que atue no controle das demandas postas e emergidas no âmbito dessas organizações, sendo essas ações que “demarcaram os limites dentro dos quais irá surgir e atuar o Serviço Social – a caridade e a repressão [...] (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003, p. 128).

No início do século XX, especialmente entre a década de 1930 e a década de 1940, os primeiros, Assistentes Sociais, influenciados pelo projeto político da Igreja Católica, buscavam promover a harmonização entre as classes sociais como um objetivo fundamental de suas práticas profissionais. Esse enfoque refletia uma perspectiva de mediação social e estabilidade,

⁴ Referenciamos para o tema Jose Paulo Netto, Marilda Vilela Iamamoto, Maria Lucia Martinelli, entre outros.

que visava: melhorar as relações trabalhistas, buscando um equilíbrio que evitasse conflitos e promovesse uma convivência mais harmoniosa no ambiente de trabalho entre patrões e empregados; conciliação entre classes sociais, como negação da realidade da sociedade sustentada pela exploração do trabalho e consequentemente a existência da “questão social; a promoção do bem comum, com o objetivo era minimizar as consequências negativas da sociedade explorada e suavizar as condições de vida da classe trabalhadora..

Essa abordagem estava enraizada na ideia de que a mudança social deveria ser feita de maneira gradual e moderada, preservando a ordem social existente e adaptando-se ao contexto político e econômico da época, muitas vezes em linha com os valores e ensinamentos da Igreja Católica.

Assim, pode-se afirmar que, do ponto de vista ideológico-político, as (os) assistentes sociais vinculados à Igreja Católica orientavam a ação profissional a partir do projeto ideológico-político desta, cuja perspectiva se traduzia na métrica do pensamento conservador, sendo as expressões da “questão social” concebidas enquanto problemas individuais ou problemas decorrentes do desenvolvimento social, e não havia qualquer colidência desse espectro ideológico-político com as novas demandas postas pelo Estado à emergente profissão (VIANA, 2021).

É sob esse ideário vinculado às ações da Igreja Católica, que as/os assistentes sociais já começam a se organizar como categoria. No ano de 1946 se registra a criação da “Associação Brasileira de Assistentes Sociais” – ABAS (BAPTISTA; VIEIRA, 1983, p. 53), que tinha o objetivo de empreender ações para que o Serviço Social alcançasse o estatuto de profissão; previa em seu estatuto a finalidade de atualização das técnicas de Serviço Social e aperfeiçoamento cultural do/a Assistente Social, com a finalidade de assegurar o desenvolvimento profissional e fortalecer a profissão lutando pelo seu reconhecimento oficial (BAPTISTA; VIEIRA, 1983, p. 56). No mesmo ano foi criada a ABESS - Associação Brasileira das Escolas de Serviço Social, seguindo a recomendação do 1º Congresso Panamericano de Serviço Social em Santiago, no Chile (1945) e que organizou em seus estatutos “exigências mínimas” para a filiação, como por exemplo: um programa de estágio, entre outros, com o intuito de qualificar o processo de formação em Serviço Social no Brasil. Ambas as entidades representam o início da organização política dos assistentes sociais no Brasil. Destaca-se desta década a elaboração do primeiro Código de Ética profissional das (os) assistentes sociais brasileiros em 1947, no qual demarcava o vínculo intrínseco com a direção ideológico-política da Igreja.

Na década de 1950 até meados da década de 1960, o Serviço Social no Brasil vivenciou um período de transformações significativas, refletindo as mudanças sociais e políticas da época. Durante esse período, os assistentes sociais passaram a interpretar o desenvolvimento econômico e social do país sob a ótica da construção do Bem Comum e da justiça social. Esse contexto estava profundamente ligado às ideias de modernização e ao avanço econômico que o Brasil vivenciava, especialmente com a industrialização e o crescimento das cidades.

A visão dos assistentes sociais era de que essas mudanças não deveriam apenas promover o crescimento econômico, mas também garantir que os benefícios desse crescimento fossem distribuídos de maneira justa e que o bem-estar social fosse priorizado.

Há, na categoria profissional, uma ampliação do campo profissional e adequações nas ações profissionais com vistas à responder às novas exigências do período do desenvolvimentismo; o que como salienta Netto (1996) leva os assistentes sociais a substituir o papel de “apóstolo” para pleitear o papel de “agente de mudança”.

Para Iamamoto (2002, pg. 32, 33):

[...] o discurso profissional se aproxima dos fundamentos da teoria da modernização presente nas Ciências Sociais. Expressa-se na prática profissional, numa perspectiva voltada para mudanças de hábitos, atitudes e comportamentos do trabalhador, tendo em vista sua adequação aos novos ritmos do desenvolvimento. Este tipo de suporte mantém-se, porém articulado a metafísica aristotélica-tomista que informa a base filosófica da visão de homem e da sociedade, o que permite a profissão atualizar seu caráter missionário, preservando o componente utópico.

Esse redimensionamento do papel da/o assistente social se dá no contexto histórico em que o Brasil adere à proposta desenvolvimentista norte-americana, no intuito de integrar-se à ordem econômica mundial. Tal adesão se dá sobre o arcabouço ideológico que, entre outros aspectos, associa o desenvolvimento econômico à superação do atraso cultural dos pobres e das regiões com maior concentração de populações empobrecidas. O ideário desenvolvimentista, pela via da superação da pobreza e elevação da qualidade de vida, apontava, em tese, para a convergência dos interesses do Estado e das classes sociais dominantes. Assim, o Desenvolvimento de Comunidade (D.C.) proposto pelos organismos internacionais aparecia como possível de ser replicado no Brasil para alcançar o almejado desenvolvimento nacional e como possibilidade de superação da pobreza e sua programática incorporada pelo governo brasileiro (AMANN, 1985). No Serviço Social incorpora-se o D.C. ao método de intervenção profissional, bem como se defende que a profissão seja inserida no processo de desenvolvimento nacional. Essa aproximação com o D.C. ampliou o escopo interventivo das/os Assistentes Sociais que

passaram a atuar no âmbito macrossocial, de planejamento, desenvolvimento regional e organização de comunidade entre outras atividades, com vistas à alteração da dinâmica social em nítida integração e colaboração do desenvolvimento nacional.

Diante dessa requisição das/dos assistentes sociais à programática desenvolvimentista, da ampliação dos espaços sócio-ocupacionais desses profissionais e do protagonismo da ABESS e da ABAS, no ano de 1953, pela Lei 1889, o Serviço Social foi oficializado como ensino superior. Neste contexto, a mobilização e organização profissional por todo país culmina na criação de outra significativa entidade de representação profissional, a APASS - Associação Profissional dos Assistentes Sociais. As APASS's que posteriormente daria origem aos sindicatos, adotaram importantes posturas na defesa da profissão, das competências profissionais, bem como ações relativas às condições de trabalho e a autonomia profissional das/dos Assistentes Sociais à época.

A luta dessa base organizada que envolveu as entidades e associações profissionais e assistentes sociais de todo Brasil resultou na regulamentação da profissão, por meio da aprovação da lei nº 3.252/1957. A referida lei define o Serviço Social como profissão liberal, de natureza técnico-científica, sendo a designação profissional de assistente social privativa àquelas/es que fossem habilitados em curso superior específico, reconhecido pelo governo federal. Contudo, alguns anos ainda seriam necessários para a garantia da efetiva implementação dessa lei que só foi regulamentada após a criação, em 1962, do CFAS e CRAS com a promulgação do decreto 994/62. Torna-se, possível, assim dispor sobre a fiscalização e cuidado em relação ao exercício da profissão de Assistente Social:

Art. 6º A disciplina e fiscalização do exercício da profissão de Assistente Social caberão ao Conselho Federal de Assistentes Sociais (C. F. A. S.) e aos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (C. R. A. S.), criados por este Regulamento.

No terceiro momento da profissão no Brasil, a partir de meados das décadas de 1960 e 1970, assiste-se a um período em que emerge um projeto de crítica do Serviço Social à ordem social vigente, contudo tal projeto se dá em meio a outras perspectivas profissionais que tendem a voltar-se para questões internas à profissão, as quais se tornam preponderantes sobre a relação entre o Serviço Social e a defesa de projeto de sociedade. Trata-se de um período em que o país vivia sobre a ditadura militar, um período em que a repressão e violência eram orquestradas, entre outros aspectos, com ações estatais compensatórias do denominado “Milagre Econômico”⁵. É um

⁵ O “Milagre Econômico” inicia com a criação do Programa de Ação Econômica do Governo (Paeg) na gestão do presidente Castelo Branco (1964-1967).

período de maior inserção de Assistentes Sociais na área empresarial e nas instituições filantrópicas e de desmobilização das organizações e manifestações da classe trabalhadora reprimidas pela ditadura. As entidades representativas da categoria profissional de Assistentes Sociais também recuam, “dada a impossibilidade concreta de se desenvolver uma prática organizativa naquela conjuntura” (DELGADO, 1981, p. 40).

Sobre esse processo, Netto (1994) considera que ele se dá no período em que são colocadas as condições para emergência de novas referências e abordagens teórico-filosóficas no interior da profissão, instalando formas diversas de entendimentos e concepções. O referido autor considera se tratar de um período de renovação que se revelou em três principais perspectivas: a modernizadora (de 1965 a 1975)⁶; a reatualização do conservadorismo (de 1975 a 1979)⁷; e a de intenção de ruptura que se difunde em meados de 1980.

E em meio a esse cenário, a organização da categoria profissional das/os Assistentes Sociais se atém à realização de grandes “Seminários” sobre a profissão e que foram realizados com o cuidado com o quadro de censura que se cristalizava no país. Tais Seminários são considerados marcos da perspectiva que Netto (1994) situa como uma das tendências do período de Renovação do Serviço Social, a perspectiva modernizadora. Nessa abordagem, um primeiro Seminário foi realizado em Araxá/MG (1967) e discutiu a teorização do serviço social. Um segundo foi o realizado em Teresópolis/RJ (1970), que debateu a metodologia do serviço social, sendo temáticas que evidenciam a busca pelo aperfeiçoamento das bases científicas, bem como a tematização do serviço social como expressão da tentativa de adequação da profissão às exigências do período. Nas reflexões sobre esses Seminários, Netto (1994) ressalta que neles aliava-se a efervescência da revisão da atuação técnica moldada aos interesses desenvolvimentistas, em conformidade e em relação direta com o contexto político. Essa perspectiva modernizadora, segundo Netto (1994) foi predominante na profissão até os anos de 1970, quando em decorrência dos sinais de esgotamento da ditadura, passa a perder sua influência junto à categoria profissional, inclusive é deslocada nos debates realizados nos seminários do Sumaré, em 1978, e do Alto da Boa Vista, em 1984.

⁶ A *perspectiva modernizadora*, compreende o período entre 1960 e 1970 e, de acordo com Netto (1994), essa perspectiva estabelece uma relação de continuidade com o acúmulo teórico-prático construído pela profissão na década de 1950, sendo que sua peculiaridade “[...] é a nova fundamentação de que se socorre para legitimar o papel e os procedimentos profissionais. (p. 155)”.

⁷ Destacamos que neste período de 10 anos, entre 1965 e 1975, temos a elaboração de dois Códigos de Ética das/os assistentes sociais que se colocam no campo conservador de harmonia entre as classes sociais e defesa da ordem burguesa.

Quando da realização desses dois últimos Seminários que se destacavam como uma forma de organização para o debate da profissão, aponta-se as outras duas tendências ressaltadas por Netto: a reatualização do conservadorismo e algumas aproximações de uma perspectiva crítica, a tendência de intenção de ruptura. Sobre esta primeira, reatualização do conservadorismo (1975 a 1979), trata-se da apresentação do que as/os assistentes que a defendiam denominavam de nova “proposta” no trabalho da/o Assistente Social era interpretado com ajuda psicossocial, centrada na valorização da pessoa humana.

Sobre a segunda, a perspectiva de intenção de ruptura, é a que mais se aproxima da crítica ao Serviço Social tradicional construída no bojo do Movimento de Reconceituação que, em sua grande tendência, é pautado na recusa ao imperialismo norte-americano sobre a América Latina e que versava na associação do trabalho do assistente social à transformação social.

Ainda que a influência da perspectiva crítica ter sido abortada pelos movimentos antidemocráticos de 1964, segundo Barroco (2003, pg. 143):

[...] a primeira etapa (dec.60/70) é fundamental porque nela estão dadas as determinações da gênese da nova moralidade profissional construída na participação política, no trabalho com os movimentos populares, na influência das vertentes críticas do movimento da reconceituação latino-americana, na aproximação com o marxismo e com os movimentos revolucionários, na militância católica progressista.

Netto (1994) elucida que, embora inconclusivo, o Movimento de Reconceituação trouxe muitos avanços para a profissão, dentre eles a aproximação com as outras teorias, especialmente fontes críticas das ciências sociais, unidade latino-americana na constituição de parâmetros profissionais, instauração do pluralismo profissional, explicitação da dimensão política da profissão etc. Obviamente, ainda segundo o autor, também apresentou limites como o ativismo político e o entendimento equivocado entre profissão e militância etc. E é na esteira dessa tendência, situam-se formas de organização da categoria que serão fundamentais para a organização política que, na contemporaneidade, voltam-se à defesa do PEP.

2. Período da Redemocratização do Brasil: novas possibilidades de reflexão sobre a profissão e de organização política da categoria profissional das/os assistentes sociais.

Segundo Delgado (1981), no final da década de 1970, a organização profissional toma corpo alinhada à luta geral das/dos trabalhadoras/es,

(...) os Assistentes Sociais querem se organizar enquanto categoria profissional que tem lutas concretas a desenvolver, lutas estas decorrentes tanto da sua situação de trabalhador, no quadro mais amplo das questões hoje levantadas pelos trabalhadores em geral.
(DELGADO, 1981, p.39)

Importante destacar que havia registro de grupos de interesses distintos nesse processo de reorganização política e que se explicita no depoimento da Assistente social Luiza Erundina sobre o processo de reativação da APASSP, em face da realização do “Seminário Nacional 30 anos do Congresso da virada – “Começaria tudo outra vez se preciso fosse” em 2009 na cidade de São Paulo; Erundina assevera: “Convém registrar que, na época, a direção do Conselho Regional de Assistentes Sociais - CRAS se recusou a fornecer a lista das/os Assistentes Sociais do estado, alegando motivo ético.” (CFESS, 2012, p. 42), tal atitude segundo Erundina configurou-se um dos dificultadores do processo de reativação da APASSP.

Neste período, o Conjunto CFAS-CRAS era vinculado ao Ministério do Trabalho. Tal fato, associado à conjuntura de censura no período da ditadura militar alinhava as ações do Conjunto, sobretudo às possibilidades e limites de organização permitidas pelo Estado. Neste sentido a reorganização sindical se configurou como relevante estratégia de organização profissional no final da década de 1970, período conhecido como “novo sindicalismo” (ABRAMIDES, 2011), ABRAMIDES in CFESS (2012) ressalta que “reorganização política sindical”, foi fundamentada na luta dos movimentos populares, na defesa dos interesses das massas operárias, de forma autônoma e com grandes mobilizações, configurando um projeto de classe. Ainda segundo a autora, no final da década de 1970, nessa reorganização, assistia-se a um conjunto de assistentes sociais que lutavam pela ampliação e segurança das condições de trabalho, especialmente no serviço público, onde concentravam suas atuações profissionais. Essa organização política-sindical ocorreu em um contexto político marcado por práticas de fragmentação e precarização do mundo do trabalho, tais práticas são consequência da desresponsabilização do Estado no atendimento, organização e execução de políticas públicas e setoriais que respondam efetivamente aos interesses da sociedade. Além disso, de acordo com a autora, a organização política-sindical daquela época associava-se à luta contra a ditadura, à luta anti-imperialista, à luta anticapitalista com perspectiva socialista, tudo isso fundamentado na autonomia e independência da classe trabalhadora em relação ao patronato, ao Estado e aos partidos políticos (ABRAMIDES in CFESS, 2012, p. 52).

Outra mediação histórica fundamental nesse período é a que Netto (1994) situa como uma terceira tendência do processo de Renovação do Serviço Social: a intenção de ruptura, no final da década de 1970 e início da década de 1980. Essa tendência de ruptura e renovação, que teve sua

gênese nos anos 1960, foi inicialmente abafada pela ditadura militar, mas encontrou novo impulso e concretude com a redemocratização do Brasil. Esse processo refletiu um movimento mais amplo dentro do Serviço Social para alinhar a prática profissional com os princípios de justiça social e transformação social, superando as limitações do tradicionalismo e buscando um papel mais ativo na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse movimento de abertura política, assiste-se a um fortalecimento e a formatação de um processo de reorganização das entidades representativas da profissão, destaque para “o CFAS e os CRAS que assumem uma perspectiva mais combativa” BOSQUETTI in CFESS, 2012, p. 13, superando a burocratização, o legalismo e o conservadorismo político presente nessas entidades,

[...] a reorganização do Conjunto CFESS-CRESS, que passa a assumir um papel determinante no Serviço Social brasileiro e fora dele: nas lutas pela redemocratização, no reconhecimento do trabalho como fundante da vida, na defesa dos direitos como mediação na luta pela emancipação humana e não como fim da sociedade burguesa[...] (BOSQUETTI in CFESS, 2012, p. 13).

Importa ressaltar que, no contexto político da sociedade brasileira e em resposta aos movimentos progressistas e organizados, em 1988 foi aprovada a Constituição Federal do Brasil, reconhecida como a Constituição Cidadã, que foi sem dúvida importante passo para a transição e início do rompimento do patrimonialismo e autoritarismo presentes no contexto político e econômico brasileiro para a construção de um Estado democrático. No bojo desse debate, a perspectiva de ruptura com o Serviço Social tradicional se vinculava, organicamente, com as lutas dos movimentos sociais, partidos políticos e trabalhadores. Nessa direção, torna-se possível situar a proposta da construção de respostas profissionais conectadas a um projeto societário emancipatório, de transformação social, em total antagonismo às perspectivas anteriormente abordadas (NETTO, 1994, p.248). A emergência dessa perspectiva de intenção de ruptura não foi resultado exclusivo da vontade dos sujeitos a ela vinculados, mas resultado da retomada da classe trabalhadora a cena política, assim como da autorrepresentação da profissão, que se reconhece como profissão inserida no mundo do trabalho e exposta a todas as implicações dessa relação - como toda a classe trabalhadora.

3. A relação entre a defesa de um projeto de profissão: sua vinculação a uma direção ética e política.

O Projeto Ético Político Profissional, caracterizado por Forti e Guerra (2016, p. 17) como projeto profissional democrático e progressista, possui como uma das principais bases fundantes

da sua elaboração e consolidação elementos que se relacionam com o debate sobre a participação democrática e organização política e coletiva da categoria de Assistentes Sociais. É projeto profissional que se dá no movimento sócio-histórico, político e conjuntural e é identificado como produto de determinações históricas⁸.

Como sabemos, nas últimas três décadas, o Serviço Social brasileiro construiu coletivamente um projeto para a profissão, forjado nas lutas dos movimentos sociais e articulado a um projeto societário anticapitalista. Esse projeto significou uma ruptura com o pensamento conservador que marcou a origem da profissão, sob influência do pensamento social da Igreja e de teorias de cariz positivista e funcionalista, e se construiu à luz do pensamento de autores marxistas e fundamentalmente a partir da Teoria Social de Marx e de suas explicações mais abrangentes e totalizantes acerca da vida social e de seu sentido histórico. (YASBEK, 2017, p. 102 apud YASBEK, BRAVO, RAICHELIS, 2019)

A maturação desse projeto de profissão alinhado à luta anticapitalista, tem seus marcos iniciais no período denominado de movimento de reconceitualização já na década de 1970. É neste cenário que localizamos os traços de organização coletiva da profissão, numa construção de bases democráticas na definição de uma direção sociopolítica estratégica com a rebeldia de quem se posiciona contra o sistema imposto pela ditadura do capitalismo. Dos traços mencionados, destacamos a organização da profissão na construção do “Método de BH”⁹ que representou para o Serviço Social um considerável avanço teórico-prático e foi compreendido como a primeira elaboração vinculada à perspectiva de intenção de ruptura. Contudo, foi no cenário da ampliação de resistência de vários setores da sociedade brasileira, que tomados pela intenção de redemocratização do Brasil e instigados pelas pautas relacionadas ao mundo do trabalho, condições de vida e em prol da reforma política que se tornou possível identificar o marco de um novo percurso ideopolítico no Serviço Social Brasileiro. Esse cenário antecipa-se à virada política das/dos assistentes sociais no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em São Paulo no ano de 1979, reconhecido como o “Congresso da Virada”, e considerado um marco da ruptura com o conservadorismo do Serviço Social:

A partir desse marco, no contexto da reorganização política da sociedade civil, em defesa da democratização e da ampliação dos direitos civis e sócio-políticos, os valores

⁸ Para aprofundamento sobre o assunto referenciar Jose Paulo Netto, na obra: Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.

⁹ O Método de BH foi uma proposta apresentada, majoritariamente, por docentes vinculados à Escola de Serviço Social, da Universidade Católica de Minas Gerais, e consistia na tentativa de se construir e aplicar um método crítico e alternativo ao serviço social tradicional, por meio da busca por novas práticas que se efetivaram “tanto no âmbito da elaboração teórica, da reestruturação curricular da formação, quanto da experimentação via projetos de extensão e campos de estágio” (BATISTONI, 2019, p.546).

ético-políticos inscritos no projeto profissional de ruptura adquirem materialidade, o que se evidencia na organização política da categoria, na explicitação da ruptura com o tradicionalismo profissional e no amadurecimento da reflexão de bases marxistas (BARROCO, 2010, p 168)

A efervescência política do momento que eclodiu na destituição da mesa de honra do III Congresso não foi um ato individual, heroico e espontâneo e sim, de uma ação política coletiva de sujeitos e entidades representativas, como nos indica BOSQUETTI in CFESS, 2012, p. 12; tratou-se de uma canalização da disposição e da convicção das/os Assistentes Sociais pela necessidade de mudança e de posicionarem resistência, aliadas aos movimentos sociais e sindicais, “potencializando condições objetivas e subjetivas para a construção do projeto ético político do Serviço Social”.

Nesta esteira, em reflexões sobre o Serviço Social no Brasil, a partir da década de 1980, se defende que esta profissão tem um significado social e que se situa num contexto macropolítico de determinações sócio-históricas, das relações sociais entre as classes, se posicionando ideo-politicamente com a classe trabalhadora e na construção refratária com o Estado¹⁰.

No início dos anos 1990, encontramos uma profissão em certa medida consolidada, quer seja em seu quantitativo, quer seja nos aspectos que envolvem a formação (constituição de escolas) e na organização profissional por meio do Conselho Federal e Conselhos Regionais de Assistentes Sociais, CFAS e CRAS (atualmente Conselho Federal de Serviço Social - CFESS e Conselhos Regionais de Serviço Social - CRESS). Ainda na década de 1990, é possível afirmar que a maturação sócio-histórica do Serviço Social se solidifica, quando da aprovação da Lei de regulamentação da profissão (Lei 8662/93) e do atual código de ética das/os Assistentes Sociais (Resolução CFESS 273/93), revelando o amadurecimento dessa construção coletiva da profissão.

Outro importante marco desse amadurecimento da profissão constituiu-se na revisão do currículo mínimo para os cursos de Serviço Social de 1982, que se iniciou em 1993 na convenção geral da ABESS (atualmente ABEPSS). Entre os anos de 1994 e 1996 foi construído um amplo e democrático movimento de debate com a categoria e a comunidade acadêmica que culminou com a aprovação das Diretrizes Curriculares de 1996, documento este que alicerça os fundamentos

¹⁰ Utilizamos como base e referência a obra prima de Iamamoto e Carvalho: Relações Sociais e Serviço Social no Brasil, 2003.

ético-políticos de uma formação profissional crítica que atue nas novas exigências da realidade brasileira.

O Projeto profissional do Serviço Social, na contemporaneidade, não se situa, portanto, na esfera abstrata de intenções ideológicas e políticas e sim em um contexto presente, permeado por contradições políticas e econômicas

Os projetos profissionais se encontram em mutações decorrentes de uma série de componentes estruturais e conjunturais da realidade social, a serem continuamente analisados; além dos acúmulos teóricos-metodológicos, técnico-operativos, de sistematização e produção de saberes advindos do acúmulo e da maturidade teórica, investigativa e de intervenção da profissão e dos profissionais, o que pressupõe uma categoria fortemente organizada. (ABRAMIDES, 2019, p.44)

A organização da categoria, por mais que se objetive uma unidade, uma direção política coletiva e representativa tem suas ações inscritas na realidade social e do movimento sócio-histórico. É uma organização inscrita no ideário de uma sociabilidade que impõem desafios cotidianos à defesa de um projeto profissional que não é homogêneo. Nesta direção, reforçamos a defesa de Ramos (2005, p.22) que considera a organização da categoria como um elemento fundamental para a leitura crítica do projeto societário hegemônico e das possibilidades para viabilizar o projeto profissional do Serviço Social. Para a autora, tal a organização é uma das mediações para a materialização do projeto ético-político da profissão.

Considerações finais

A dimensão política e ideológica do projeto ético político profissional do Serviço Social brasileiro é expressa pelo compromisso com uma nova ordem societária e sem receio de parecer clichê, que se direciona a uma sociedade sem exploração/dominação de classe, raça, etnia e gênero.

Defende-se que a hegemonia do projeto profissional se consolida em espaços democráticos da categoria das/os assistentes sociais, cuja participação das/os assistentes sociais revela campo de disputas internas, uma vez que a categoria profissional não se apresenta de forma homogênea. As disputas passam pela produção intelectual, pelo trabalho cotidiano, e pela direção das entidades representativas da categoria profissional

Observa-se, enfim, que a categoria profissional ao longo da história, foi buscando formas de organização política para defender constitutivos de um projeto de profissão em conformidade

com diferentes contextos históricos. Na contemporaneidade, tal categoria, se organiza politicamente para associar a profissão à defesa de um projeto profissional aliado às pautas coletivas populares, já que se reconhece como classe trabalhadora, como parte integrante desta e, portanto, atua na defesa de seus direitos. E é, no bojo dessa organização, que nasce, no Serviço Social, de forma explícita a defesa que o projeto profissional das/dos assistentes sociais vincula-se à defesa de um projeto societário alinhado a luta da classe trabalhadora.

A categoria profissional das/dos Assistentes Sociais, na contemporaneidade, é forjada na luta coletiva e tem uma concepção de profissão e uma organização política para defender. Tal processo, na contemporaneidade, reverbera na definição de uma agenda política que imprime uma direção social crítica às ações de gestão dos Conselhos Regionais de Serviço Social e Conselho Federal de Serviço Social, na defesa, disciplinamento, orientação e fiscalização do exercício profissional das/dos Assistentes Sociais.

Referências

ABRAMIDES, Maria Beatriz C.; ARCARY, Valério. Histórico da Organização dos trabalhadores in Em Foco, edição 07, setembro de 2011, CRESS RJ.

_____, Maria Beatriz C. O projeto ético-político do serviço social brasileiro: ruptura com o conservadorismo. São Paulo, Cortez, 2019.

AMMANN, Safira Bezerra. Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil. São Paulo, Cortez, 1985.

BAPTISTA, Myrian Veras e VIEIRA, Balbina Ottoni. "As primeiras lutas... as primeiras organizações...". In: Serviço Social e Sociedade (12). São Paulo, Cortez, 1983.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social**: fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos. São Paulo, Cortez, 2010.

BATISTONI, Maria Rosângela. O projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte – 1960-1975: uma reconstrução histórica. In Serviço Social & Sociedade, n. 136, Cortez, 2019.

BRASIL, Lei 1889/53 - https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l1889.htm, Acesso em 11/11/2022.

_____, Lei 3252/57 –
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-3252-27-agosto-1957-354707-publicacaooriginal-1-pl.html>, Acesso em 11/11/2022.

_____, Decreto 994 de 15 de maio de 1962
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decmin/1960-1969/decretodoconselhodeministros-994-15-maio-1962-351749-publicacaooriginal-1-pe.html>, Acesso em 11/11/2022.

CFESS, Lei 8662/1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasil, 1993.

_____, Resolução 273/1993 que dispõe sobre o Código de Ética Profissional do Assistente Social. Brasil, 1993.

_____, Seminário Nacional: 30 anos do Congresso da Virada, Brasília, Brasil, 2012.

DELGADO, Maria Berenice. "A organização política dos Assistentes Sociais". In: Serviço Social e Sociedade (5). São Paulo, Cortez, 1981.

FORTI, Valéria, GUERRA, Yolanda. Na Prática a Teoria é Outra? In Serviço Social: Temas, textos e contextos. Rio de Janeiro, Lumen, 2016.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. Cortez São Paulo, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Villela. CARVALHO, Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórica-metodológica. 2003. Cortez São Paulo.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Serviço Social: identidade e alienação. 2006. Cortez, São Paulo.

NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social, São Paulo, Cortez, 1994.

_____, José Paulo. Capitalismo Monopolista e Serviço Social, São Paulo, Cortez, 1996.

RAMOS, Sâmia Rodrigues. A mediação da organização política na (re)construção do projeto profissional: o protagonismo do Conselho Federal de Serviço Social, 2005, Tese, Doutorado, UFPE, Recife.

SOUZA, Luiza Erundina de. "Os 25 anos da Associação Profissional dos Assistentes Sociais de São Paulo". In: Serviço Social e Sociedade (5). São Paulo, Cortez, 1981.

VIANA, Bruna Viviani. Uma análise da relação entre as dimensões ético-política e técnico-operativa no trabalho do assistente social: trajetória socio-histórica e desafios contemporâneos. 2021.196f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

YASBEK, Maria Carmelita, BRAVO, Maria Inês, RAICHELIS, Raquel. 40 anos da “Virada” do Serviço Social: história, significados. In Serviço Social e Sociedade, nº136, São Paulo, Cortez, 2019.